

# PMDB, preocupado, cancela reunião do Diretório

## Meta é garantir a transição com o partido unido até o final da Constituinte

A dura fala do presidente José Sarney em seu programa "Conversa ao Pé do Rádio", além da reunião de ministros promovida quinta-feira por Paulo Brossard, foi analisada com extrema preocupação durante encontro ontem à tarde entre o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, o senador Fernando Henrique Cardoso, Mário Covas e José Richa e os deputados Euclides Scalco, Pimenta da Veiga e Fernando Lyra.

tes ataques do Governo? Esta pergunta foi formulada diversas vezes durante a reunião dos peemedebistas com o deputado Ulysses Guimarães. A conclusão unânime foi de que se deve acelerar os trabalhos da Constituinte, pois antes disso não há sequer como falar

**Objetivo será apressar Carta**  
Um dos mais importantes parlamentares do PMDB observou, ontem, que o objetivo prioritário, deve ser o de concluir os trabalhos da Constituinte o mais rápido possível num mês, se possível. Pessimista, o parlamentar comentou que o Brasil é o país dos fatos consumados. "Se conseguirmos terminar a Constituinte antes da reação deles, tudo será diferente. A nova Constituição criará novo regime no País — o democrático. Será difícil a eles virar a mesa".

em soluções como a sucessão presidencial.

A discussão sobre os destinos do PMDB, que os históricos pretendiam levantar no Diretório, também foi considerada inoportuna. Um racha no partido majoritário neste momento, segundo a avaliação do grupo, só serviria para agravar a crise. "Percebemos que precisamos ficar todos unidos pelo menos até o final da Constituinte, até para garanti-la. Depois partiremos para as definições internas", revelou um deputado do presente.

Além de apressar a votação do projeto constitucional, o PMDB também pensa em outras formas de reação contra as tentativas de desestabilização política. Hoje pela manhã sem a presença do deputado Ulysses Guimarães, o líder Mário Covas promove reunião para estudar essas alternativas. Uma das idéias é mobilizar a sociedade civil, através de suas entidades representativas, para defender a Constituinte.



No Plenário, a crise foi o tema de uma longa conversa entre Fernando Santana (PCB) e Jarbas Passarinho (PDS)

## Ulysses: STF não pode dar 6 anos

Ressalvando que não tinha ouvido, nem lido o texto da fala do Presidente da República, no programa "Conversa ao Pé do Rádio", da manhã de ontem, o deputado Ulysses Guimarães afirmou que as informações que tem, diretamente do Chefe do Governo, "são que ele acatará as decisões da Assembleia Constituinte."

Sobre eventual recurso do Presidente ao Supremo Tribunal Federal, para garantir mandato de seis anos, o presidente da Constituinte disse não ter qualquer informação a respeito. "Não sei se ele pediu o termo de posse à presidência do Senado, ou se poderia pedir até para ter um documento de caráter meramente pessoal, não sei" — afirmou.

Ulysses Guimarães, cauteloso, evitou falar em confronto entre o Governo e a Constituinte.

"Estamos aqui mergulhados no trabalho. Estamos dando o exemplo da Constituinte ao País. Essa é a forma de contribuir para servir ao Brasil — com o trabalho".

Sobre críticas a emendas aprovadas que poderão provocar crise na economia, o presidente da Constituinte disse que não leu, "mas se foram feitas, isso é natural no regime democrático". Lembrou que se houver necessidade de reparos, isso será feito no segundo turno de votação, com emendas supressivas.

"Os textos progressistas, a tendência progressista que está se registrando na Constituinte, têm merecido críticas. Mas seria muito pior se tivesse os textos reacionários, voltados para o passado, procurando consoldar injustiças sociais existentes no País".

Os jornalistas insistiram no problema de possível recurso ao STF para garantir mandato de seis anos a Sarney e Ulysses comentou: "O Supremo não pode suspender decisão da Assembleia Constituinte. O Supremo decide sobre textos existentes e infringências a esses textos. Se estamos ainda elaborando o texto constitucional, ainda não existe Constituição. Está dentro da competência soberana da Constituinte para fazê-lo".

Fez questão de destacar que muitas emendas estão sendo votadas mediante acordos partidários, alcançando maioria expressiva, bem acima dos 200 votos mínimos exigidos, "em deliberações que, praticamente, envolvem todos os partidos e a todos os grupos". Por isso ele não acredita em denúncias de que a minoria está pressionando o Governo na Constituinte.

## PLENÁRIO

### "Conversa" toma tribuna de assalto

Pela primeira vez desde que começou a ser votado o polêmico capítulo dos direitos dos trabalhadores, a atenção da maioria dos constituintes ontem esteve voltada para um fato externo ao trabalho de votação. Quem brilhou nos discursos de sete em cada dez dos constituintes que subiu à tribuna foi a tese da soberania da Constituinte, colocada em xeque pelo movimento do Presidente em direção ao Supremo Tribunal Federal na tentativa de garantir para si os seis anos de mandato.

As notícias de que Sarney estava disposto a ignorar a decisão da Constituinte a respeito de seu mandato somaram-se ao pronunciamento feito por ele no programa Conversa ao Pé do Rádio, pela manhã, provocando uma indignação generalizada no plenário. O líder do PDT, deputado Brandão Monteiro (RJ), chegou a propor, com o PT e o PFL, que todos os presidentes de partido com assento no Congresso façam uma reunião para analisar a conjuntura e defender a Constituinte das "isnas" que lhe joga o Presidente da República.

O líder do Governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB/BA), não se manifestou sobre a enxurrada de ataques a Sarney. Apenas pediu ao presidente Ulysses Guimarães um "espaço" para rebater as críticas feitas diariamente ao Governo no período destinado ao pinga-fogo e às comunicações de liderança, observando que há críticas "procedentes, imprecisas, de toda natureza".

A única voz que se levantou na sessão para defender a tese do consultor-geral da República, Saulo Ramos, de que a Constituinte não é soberana, foi a do líder do Centrão, deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB/SP). Ainda preso "a cadeia de rodas, Roberto" pegou o microfone de apertar para afirmar que o Poder Judiciário já decidira o caráter da Constituinte: "Ela é um órgão instituído e não poder originário, já que foi criada através de uma decisão do Congresso mediante proposta do próprio presidente Sarney".

— Esta Assembleia Nacional Constituinte, por não ter poder originário, não tem poderes para modificar a duração do mandato do presidente Sarney e nem para suspender a vigência da atual Constituição — disse Roberto.

Os argumentos de Cardoso Alves foram rebatidos pelo deputado Fernando Santana (PCB/BA). — O povo brasileiro, pela sua tradição pacífica, pode ter poder originário, como tem hoje, através de uma transição negociada. Não se queira, em nome desta transição, reduzir o poder da Constituinte para o de um simples Congresso, sujeito "as determinações do Supremo Tribunal Federal, quando, na realidade, o Supremo é que está subordinado "a Constituinte" — disse Santana.

O programa Conversa ao Pé do Rádio, levado ao ar todas as sextas-feiras de manhã pelo presidente Sarney, foi o outro alvo das críticas dos constituintes. "O programa diz que a Constituinte está tomada por uma minoria de radicais oportunistas que vêm fazendo insultos ao presidente da Constituinte. Quem vem fazendo fustigações repetidas a ele é o Presidente da República, que está tentando lançar o Executivo contra o Legislativo e contra esta Constituinte", disse o deputado Haroldo Lima (PCO/BA).

A líder do PSB, deputada Beth Azeite (AM), afirmou que o presidente José Sarney está "subvertendo" o povo brasileiro através do programa Conversa ao Pé do Rádio e por isso ela pedira na semana passada ao presidente Ulysses para interceder junto ao presidente do Dentel — Departamento Nacional de Telecomunicações, vinculado ao Ministério das Comunicações — para que ele retirasse o programa do ar.

## Militares ficam com seis anos, revela Passarinho

CELSON FRANCO  
Da Editoria de Política

O senador Jarbas Passarinho, presidente do PDS, bem que tentou amenizar o clima de tensão estabelecido ontem no Congresso Nacional, com as críticas do presidente José Sarney "a Constituinte, lembrando que "o avião é feito para enfrentar turbulências". Mas observou, logo em seguida, que "as nuvens ficaram muito carregadas", pois "já não se trata mais de uma rota de colisão, mas de constatação de um choque contra a Constituinte e o Poder Executivo". Mais adiante, e mais concretamente, afirmou que, em caso de confronto, "as Forças Armadas ficam com a lei". E a lei, segundo ele, é a que está em vigor, a que assegura seis anos de mandato para o Presidente da República.

A situação política do País — esta é uma constatação que fazem representantes da direita e da esquerda — é grave, alcançando níveis de tensão muito perigosos, especialmente depois das críticas do presidente José Sarney, no programa "Conversa ao Pé do Rádio". A cúpula do PMDB — vários de seus integrantes iriam viajar — permanecerá todo o final de semana em Brasília, exclusivamente para discutir a situação de crise.

Uma importante liderança peemedebista, que se resguardou de comentar a crise e a declaração do ministro Leônidas Pires, de que o mandato do presidente Sarney é de seis anos, observou que todos os índices apontam para o golpe, mesmo que se jure branco: "O golpe não tem molimento, mas ele poderia vir com aparência de legalidade, através das provocações do Sarney, do sinal verde das Forças Armadas e da interpretação do Supremo Tribunal Federal".

## Sarney assusta direita e esquerda

O pronunciamento feito pelo Presidente José Sarney, ontem, em seu programa "Conversa ao pé do rádio" teve intensa repercussão em todos os setores políticos, sendo o assunto preferido de todas as rodas que se formavam no plenário da Assembleia Constituinte, assim como na sala interna de café e nas adjacências.

De um modo geral, entre parlamentares de vários partidos causou espanto a fala presidencial. Alguns, como o deputado Jaime Santana (PFL-MA), achavam que o Presidente está animado do propósito de provocar uma crise institucional de consequências imprevisíveis, através de um confronto deliberado com os constituintes e o mundo político.

### CONFLITO

O pronunciamento de Sarney assustou, inclusive, setores de esquerda. O deputado Fernando Santana (PCB-BA), encarado como um político de esquerda maduro e moderado, manteve várias conversações com políticos do PMDB e do PFL para reclamar "uma ação serena" dos políticos

da e da interpretação do Supremo Tribunal Federal".

Há quem tente também minimizar a declaração do ministro do Exército, lembrando que o mandato do presidente José Sarney, pela Constituição em vigor, é mesmo de seis anos, o que reduziria a fala do ministro Leônidas Pires a uma mera constatação, ao contrário de transformá-la em confrontação "a Assembleia Nacional Constituinte, que pode decidir, soberanamente, sobre o mandato do atual Presidente da República.

O que se teme, dentro do PMDB, é a consumação desse fato para além da Constituinte, através de um golpe branco que — essa é a preocupação geral — parece estar a caminho: "O Brasil é um País de fatos consumados; quem chegar primeiro, ganha".

Nesse sentido — consciente do risco que corre a Assembleia Nacional Constituinte, e com ela, o processo de transição democrática — o deputado Ulysses Guimarães conversou, antontem à noite, com o presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Rafael Mayer.

Os indicativos, ontem, eram que a conversa teve resultados positivos, na perspectiva de Ulysses Guimarães. De acordo com as lideranças peemedebistas, que se reuniram com ele logo após a sessão da Constituinte, o presidente do PMDB estava tranquilo, quanto à interpretação do STF em relação "a soberania da Assembleia".

Ele próprio — Ulysses — daria mostras disso, em entrevista coletiva à imprensa: "...promulgada a Constituição, ela tem vigência plena, absoluta e inquestionável". Mas só depois de promulga-

da, como diz o presidente da Constituinte. "Aí é que mora o perigo", conforme uma liderança do partido.

É preciso fazer alguma coisa para evitar o assalto final, a abordagem "a Assembleia Nacional Constituinte. Para isso, a cúpula do PMDB se reunirá neste final de semana para analisar a profundidade e amplitude desta crise que, segundo o senador José Richa, "ainda é política, mas o Sarney está se esforçando para transformá-la em crise institucional".

Não é, portanto, infundado o clima de preocupação que se instalou na Assembleia Nacional Constituinte. Não há, de acordo com as lideranças do PMDB, e de outros partidos de esquerda, alarmismo, mas uma preocupação realista, diante das ameaças "a Constituinte e ao processo de transição.

O deputado Euclides Scalco, por exemplo, vice-líder do PMDB na Constituinte, se guardou de comentar as críticas do presidente José Sarney, sob o argumento de que "o assunto é muito grave, e não merece ser tratado superficialmente — nós devemos fazer uma reunião para discutir esse assunto". A primeira aconteceu segundos depois, no gabinete de Ulysses Guimarães; a pauta deste encontro já marcado anteriormente, a convocação do Diretório, foi superada, claro, pelos fatos.

E também o senador Jarbas Passarinho — autor, na última terça-feira, de uma advertência "a Nação, alertando-a para os riscos da crise — quem ilustra a gravidade da situação. Ele observa que ainda não está criado o impasse, quando não haveria mais saída. E conclui: "Ainda há possibilidades de negociação".

## Sarney afirma ir às últimas consequências

O presidente José Sarney disse ontem ao deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), um dos principais coordenadores do Centrão, que "irá às últimas consequências" para defender a dignidade de seu governo, contra os ataques que tem recebido da Assembleia Nacional Constituinte. O parlamentar paulista disse que as críticas de Sarney em seu programa "Conversa ao Pé do Rádio" não representam um "ataque" à Constituinte.

O deputado que ficou quase meia hora com o Presidente, sustentou a sua posição afirmando que Sarney é atacado constantemente pelos líderes dos partidos, especialmente dos "nancicos", durante o horário livre às lideranças partidárias. Cardoso Alves não sabe quais os mecanismos, que Sarney vai utilizar para sua defesa, mas observou que todos os meios dentro e fora do parlamento, especialmente junto ao povo e aos demais poderes, devem ser examinados. Esse, fez questão de ressaltar, representa o seu ponto de vista.

O parlamentar acha que Sarney deve lutar pelo mandato de seis anos, devendo procurar, inclusive, o parecer do Supremo Tribunal Federal (STF). Ele não chegou a conversar sobre esse assunto com Sarney, mas, sim, com o ministro do Gabinete Civil da Presidência, Ronaldo Costa Couto. O ministro disse que Sarney tinha mandado pedir o termo de posse, mas informou que as peças seriam remetidas para o memorial do ex-presidente Tancredo Neves, em Minas Gerais. "Mas penso que é para o Presidente ter elementos de defesa", desconfiou Roberto Cardoso Alves.

### QUEIXA

Os políticos que mais receberam do governo são os que estão dando menos ao governo. Essa foi outra queixa que o presidente Sarney fez a Cardoso Alves, que há dias deu a definição que considera adequada nas relações governo-políticos — "é dando que se recebe".

O representante de São Paulo ficou convencido de que Sarney "está valente, firme e determinado, com coragem de enfrentar a batalha do seu mandato "até as últimas consequências". Ele não soube precisar se a luta é pelo mandato de cinco ou de seis anos. "Se eu fosse o Sarney, lutaria pelos seis anos" — observou.

Roberto Cardoso Alves ficou muito impressionado com as reações do Presidente em relação ao comportamento da Assembleia Constituinte e dos constituintes. Para José Sarney, boa parte da Constituinte parece que tem como único objetivo desestabilizar o governo, ofender o presidente e apontar o chefe do executivo como o único responsável para situação difícil que o País atravessa.



ACM, irônico, disse que "até Ulysses pode ser afastado"

## ACM lembra: Ulysses concordou com 5 anos

O presidente José Sarney espera que os presidentes da Constituinte e do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, e do PFL, ministro Aureliano Chaves, cumpram o compromisso do Pericumbá, "assumido há mais de um ano", definindo em cinco anos o prazo do mandato do Presidente da República. Foi o que afirmou o ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, ao deixar ontem pela manhã o Palácio da Alvorada.

O ministro das Comunicações descarta que a iniciativa do Presidente da República de pedir ao Congresso Nacional cópia do seu termo de posse seja para pleitear, junto ao Supremo Tribunal Federal, um mandato de seis anos, mas admite que o documento possa ser "um elemento a mais de convencimento daqueles que não estão querendo se convencer de coisa tão clara, como é o mandato do Presidente da República". De acordo com o ministro, o Presidente, como escritor e historiador, gosta de ter seus documentos. "Esse documento serve para a vida dele".

Irônico, Antônio Carlos Magalhães afirmou desconhecer que o Presidente da República pretenda afastar os ministros ligados ao deputado Ulysses Guimarães, "até porque o doutor

Ulysses não deseja que seus ministros se afastem". Mas, como em política tudo pode acontecer, acrescentou, "podem ser afastados tanto os do doutor Ulysses como também até o próprio, quem sabe?". Para o ministro das Comunicações o ministro Aureliano Chaves continuará no Governo, porque ele é "exatamente leal ao Presidente da República", embora tenha suas idéias e, com muita franqueza, as expõe ao Presidente, que as examina.

O presidente, de acordo ainda com Antônio Carlos Magalhães, gostou da conversa que teve com Aureliano na manhã de ontem no Palácio da Alvorada, porque o ministro "sempre demonstrou sua firmeza, lealdade e propósitos de ajudar o Governo até depois de 1989.

O ministro das Comunicações juntou-se aos críticos dos últimos benefícios aprovados pela Constituinte e manifestou a esperança de que os próprios constituintes corrijam o que ele chamou de "casuismos muito grandes", como o aumento do período de licença para a trabalhadora gestante e a licença de oito dias para o marido dessa operária, além do aumento do salário das férias. Segundo ele, se não houver uma correção disso tudo quem vai pagar é o próprio assalariado, o consumidor.

## Arinos: recorrer ao Supremo é besteira

Rio — O senador Afonso Arinos, presidente da Comissão de Sistematização da Constituinte, classificou como "uma grande besteira" a suposta intenção do presidente José Sarney de recorrer ao Supremo Tribunal Federal para garantir o cumprimento dos seis anos do seu mandato. Segundo Arinos, um dos maiores especialistas em direito constitucional do País, a Assembleia

Nacional Constituinte é soberana e pode suprimir, se achar conveniente, qualquer tribuna.

É preciso acabar com essa idéia infame. A Constituinte é soberana, palavra que vem do latim *super omnia* (acima de todas as coisas). Portanto, toda essa discussão não tem o menor cabimento — afirmou Afonso Arinos.

## Aureliano quer um nome para unir os centristas

O ministro Aureliano Chaves é favorável ao lançamento de candidato único de centro à sucessão de Sarney. Ele considera um erro se houver outra candidatura do mesmo perfil.

Líderes do partido garantiram que o ministro estaria disposto a não aceitar sua candidatura se Antônio Ermirio de Moraes concorresse. Um influente parlamentar do PDS observou que a melhor chapa das forças centristas seria Antônio Ermirio para presidente e Aureliano para vice, o PFL preferiu Aureliano candidato a presidente e Ermirio para vice-presidente.

Aureliano Chaves, além disso, só aceitará ser candidato se

a Constituinte aprovar o presidencialismo. Neste caso sua decisão poderia ocorrer até o final de março, quando está prevista a votação do sistema de governo.

Dirigentes do PFL, deverão manter entendimentos com setores moderados de todos os partidos, deixando de lado os radicais de esquerda e de direita, na busca de solução de bom senso. O objetivo é o de evitar a desestabilização da Assembleia Nacional, o confronto com o Executivo e a reação popular com a frustração que surgirá, com medidas paternalistas que não poderão ser atendidas.

Os principais dirigentes do PFL solicitaram ao ministro

Aureliano Chaves que, após os contatos que terão na área parlamentar, procure o presidente Sarney, e chame a atenção dele para o risco de ruptura institucional, se não houver articulações políticas capazes de levar a Constituinte ao racionalismo, superando o emocionalismo.

Os senadores Marco Maciel, Jorge Bornhausen, Guilherme Palmeira, José Agripino Maia, Divaldo Suruagy, durante e depois do encontro com Aureliano Chaves, antontem e ontem, continuaram examinando o grave quadro político-institucional, convencidos de que a crise vai se agravar, se não houver a disposição de apagar as arestas.